

BLACKBURN, Simon. “Anti-realist Expressivism and Quasi-realism”. In: COPP, David (org). **The Oxford Handbook of Ethical Theory**. New York: Oxford University Press, 2006.

Rodrigo Reis Lastra Cid*

1 ALGUM CONHECIMENTO PROPEDÊUTICO

Em seu estudo Simon Blackburn nos conta superficialmente a história do debate filosófico que o levou ao quasi-realismo e, posteriormente, nos indica as principais implicações, objeções, e teorias rivais a ele. Para a consecução de tal objetivo, Blackburn parte da disputa no campo da ética iniciada no século XVIII por David Hume entre *sentimentalismo* e *racionalismo*. Os racionalistas pensam que a ética vem da razão e se relaciona com a verdade, e que é, portanto, conhecimento; assumindo, então, uma posição cognitivista e realista. Os sentimentalistas, por pensarem que a ética advém dos sentimentos humanos, não aceitam que a moral se relacione com a verdade; e, dessa forma, assumem uma posição não-cognitivista e anti-realista.

Na discussão sobre a verdade dos juízos morais, G. E. Moore nos mostra que eles devem ser diferenciados dos juízos empíricos por poderem as pessoas ter conhecimento de todos os fatos empíricos e mesmo assim haver dúvida sobre se um determinado juízo moral é aquele a ser feito à luz desses fatos. Este é o *argumento da questão em aberto* (AQA). Assim, duas ou mais pessoas podem tomar os mesmos fatos empíricos e discordar sobre a veracidade do juízo moral asserido para tais fatos. O que é devido ao espaço entre o conteúdo julgado e o padrão pelo qual ele é julgado. Esse foi um grande argumento contra o *naturalismo* ético, pois não permite a redução dos juízos normativos (éticos) em juízos naturais (empíricos). Sabendo disso, o próprio Moore formula uma teoria não-naturalista e *intuicionista*, que afirma: que os juízos morais têm uma identidade distinta, sendo facultada à intuição captar os fatos sobre a ordem normativa das coisas (fatos morais), e que as proposições morais são verdadeiras ou falsas de acordo com esses fatos.

Blackburn pensa que a posição de Moore não é satisfatória, pois coloca os juízos éticos (sobre normas, direitos e deveres) como proposições sobre propriedades opcionais das coisas, já que há discordância sobre elas. Então ele nos fala de outro tipo de abordagem para evitar o AQA, iniciada por A. J. Ayer e Charles Stevenson, que atenta para o que os seres humanos fazem quando se expressam com os termos normativos da ética. Partindo, então, de

* Doutorado em Filosofia pela UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rodrigorcid@hotmail.com.

funções práticas da ética como convidar outros a compartilhar atitudes/emoções, prescrever modos de comportamento, demandar conformidade com esses modos, tais filósofos desenvolveram o *emotivismo*. Este trata o termo “é errado” como a expressão de um sentimento de desaprovação ou semelhante.

2 REFINANDO TEORIA

O emotivismo é um tipo de *expressivismo*, e este último afirma que a função da ética é expressar certas coisas. Essas coisas dependem de que teoria expressivista seja aceita; no caso do emotivismo, elas são as emoções. Seja qual for a escolhida, os expressivistas pensam as proposições morais diferentemente de Moore. Eles não pensam que essas proposições são representacionais, não pensam que elas correspondem a um fato moral; asserem antes que elas são prescritivas. E isso significa que vêm a linguagem normativa servindo para direcionar a ação e mudar o mundo, e não para representar uma parte dele. O problema do representacionismo (exemplificado pelo intuicionismo de Moore) é que ele não responde satisfatoriamente à pergunta “o que está sendo representado?”. O expressivismo foge desse problema por não falar em representação e falar de direcionamento da ação.

Um problema do expressivismo emotivista foi o do pensamento moral poder ocorrer sem que ocorram sentimentos. Isso foi resolvido com uma troca de termos, feita por R. M. Hare. Defendendo uma teoria expressivista, ele preferiu falar de *atitudes* ao invés de emoções. Assim, o expressivismo pôde captar os aspectos cognitivistas e não-cognitivistas da nossa prática moral. E, sendo ela não-representacional e prescritiva, poderia parecer expressão de desejo ou expressão do desejo de desejar. Mas este não é o caso, pois com relação ao desejo não há discordância e com relação ao desejo de desejar não podemos identificá-lo com a admiração própria da prática moral.

Pensar em atitudes, segundo Blackburn, é pensar em disposições; e isso dá conta tanto da natureza motivacional do comprometimento moral, quanto do fenômeno da vontade fraca. Este último fenômeno mostra-nos que não é apenas a atitude que motiva a ação, mas também outros desejos e tendências. A atitude de desaprovação de uma ação, por exemplo, é a atitude que é necessariamente aquela que resulta na condenação da ação ou no evitar da ação. Assim, é possível que uma pessoa realize uma ação em desacordo com sua atitude; e esse é o caso quando há sensações de remorso, culpa ou semelhante quando a ação em desacordo é realizada.

Além disso, a expressão de uma atitude não ocorre como a expressão de um

sentimento ou desejo, pois ela é expressa como “algo a ser adotado”, como a tentativa de uma coordenação pública por um compartilhamento de atitudes. E nisso difere-se o expressivismo do subjetivismo ingênuo. Este consiste do juízo moral como a descrição de um agente de seus próprios sentimentos sobre um certo tópico e da sua verdade se dar de acordo com a sinceridade do falante. O que faz com que, diferentemente do expressivismo, o subjetivismo ingênuo não seja capaz de explicar o desacordo ético e nem a função dos juízos morais.

Sobre as teorias expressivistas, algumas têm a particularidade de falar sobre a força com que uma atitude é mantida. E isso é falar de duas dimensões das crenças morais: as evidências e o gostar/desgostar. Blackburn nos mostra que podemos falar de certeza e probabilidade de uma crença moral como a quantidade de evidências que um indivíduo demanda para manter ou mudar uma atitude (força da atitude). E falando dessa força, Blackburn ainda distingue uma pessoa que não tem atitude de uma pessoa com atitude favorável aos dois lados julgados. A segunda, por já ter pensado sobre o assunto e pesado evidências, tem uma atitude mais robusta que a primeira. E tudo isso está de acordo com nossa prática moral.

3 EXPRESSIVISMO E ERRO

O expressivismo ainda enfrenta um problema que o afasta do realismo: embora ele faça uma boa abordagem das atitudes, ele afasta a noção de verdade normativa real, pois não acredita que haja uma *realidade* moral. A postulação de uma realidade moral para que falemos de verdade moral é algo que advém da superfície realista do nosso discurso moral. Quando moralizamos (expressamos opiniões avaliativas e normativas), pensamos que algumas opiniões estão certas e outras erradas, reconhecemos a verdade como independente da mente, não acreditando que é o pensar que algo é errado que o faz errado. Não parece haver discordância sobre a superfície do discurso moral, o problema encontra-se nas suas bases, ou seja, na parte profunda do discurso.

John Mackie, ao formular sua *teoria do erro*, nos mostra que como não há tal realidade moral, não pode haver fatos morais. Ele conclui daí que não pode haver normatividade real e que a superfície de nosso discurso é baseada em um erro. A autoridade externa clamada pela verdade moral do nosso moralizar cotidiano é fictícia, segundo ele, e torna impossível a prática moral com bases realistas e a devida força normativa.

A fim de salvar o expressivismo da teoria do erro e fazer ser possível o expressivismo sustentar a superfície realista do discurso moral a partir de uma base

expressivista (e anti-realista), Blackburn formula seu *quasi-realismo*. Este tenta ganhar direito a utilizar expressões como falibilidade, objetividade, independência, racionalidade e verdade/falsidade, partindo de uma base anti-realista e de uma superfície realista. Com o *quasi-realismo*, Blackburn pretende sanar as dúvidas sobre o esquema metafísico que é implicado pela superfície realista, mostrando-nos que não precisamos supor uma realidade moral.

Uma objeção que surge contra o expressivismo e contra o *quasi-realismo* é que o indivíduo estaria baseando seus juízos sobre o certo e o errado no que ele próprio pensa e sente sobre um assunto. Blackburn nos diz que isso não é de fato uma objeção, já que não há outros meios de realizar um juízo moral, se não pelo uso de pensamentos e sentimentos. Além disso, também retificamos nossos juízos morais à luz de informações adicionais. O que é inteiramente explicável e consistente com o expressivismo.

4 O ARGUMENTO DE FREGE-GEACH

Peter Geach tomou um problema de Gottlob Frege e o aplicou ao expressivismo. Vejamos:

(A) Mentir é errado.

(B) Se mentir é errado, então levar o irmão mais novo a mentir é errado.

Logo:

(C) Levar o irmão mais novo a mentir é errado.

O problema que o expressivista deve resolver aqui é o seguinte: se (A) expressa uma atitude para com o mentir e (B) não expressa nenhuma atitude para com o mentir, como podem as duas ser as premissas de uma dedução válida para (C)? Neste caso, quando (A) ocorre em (B), ela tem outro sentido que quando ocorre sozinha; o que nos incita a falar de uma falácia do equívoco.

O próprio Frege sugere uma saída para isso. Primeiramente vale a pena lembrar que o problema da falácia do equívoco em argumentos do tipo “(A), (B); logo (C)” não existe apenas no *modus ponens* moral, mas também no *modus ponens* não-moral; como afirmar Allan Gibbard e como poderemos ver a seguir:

(A') O gato está na esteira.

(B') Se o gato está na esteira, o cão irá brevemente atacá-lo.

Logo:

(C') O cão irá brevemente atacá-lo.

(A') quando está sozinha expressa uma crença ou asserção, mas quando aparece em (B') isso não ocorre. Frege, pensando no *modus ponens* não-moral sugere o conceito de *pensamento* para que algo significativo possa se manter em (A') durante essas mudanças na sua força assertiva que seja suficiente para assegurar a validade do argumento. O mesmo é feito por Hare e Blackburn ao postular a noção de *atitude*.

Tomando então novamente o argumento moral, e especificamente a condicional (B), Blackburn afirma que ela expressa uma relação entre duas atitudes de primeira ordem, a saber, a atitude de desaprovar o ato de mentir e a atitude de desaprovar o ato de levar o irmão mais novo a mentir, e exprime uma desaprovação com relação a qualquer *sensibilidade* que contém a primeira atitude mas não a segunda. Vale a pena dizer que o termo “sensibilidade” é usado como significando “sistema moral”.

Se (A) é P, (B) é $P \rightarrow Q$, e (C) é Q, partindo da visão de *inconsistência clássica*, que aceita que evitar a inconsistência lógica e a inferência logicamente válida chegam no mesmo ponto, Blackburn nos indica que se mantivermos P e $P \rightarrow Q$ e não concluirmos Q, então teríamos uma sensibilidade fraturada. O que significa que não saberíamos o que pensar de uma pessoa que tivesse tal sensibilidade.

Essa visão de inconsistência lógica em juízos morais foi fortemente criticada por Brighthouse, Hale, Hurley, Schueler, Wright e Zangwill. O argumento deles era o de que a sensibilidade fraturada deve ser vista antes como uma falta moral do que como inconsistência lógica. Na tentativa de responder às objeções, Blackburn modifica sua teoria, passando a pensar aquele que anuncia uma condicional como atando-se a uma árvore de comprometer-se e o significado da condicional dado pelo seu papel inferencial (de levar (A) a (C)), embora mantendo as atitudes de ordem elevada (atitudes para com atitudes). Este tópico ainda é bastante controverso.

O desenvolvimento semântico do expressivismo é bem feito por Gibbard. Nele normas são vistas como prescrições, e aceitá-las é visto como ter um plano, antes do que ter uma crença. E generalizando a noção de inconsistência, pensa-a como o conjunto de sentenças que removem [rule out] todas as possibilidades completas, ou seja, que no mundo factual remova todos os mundos possíveis. Donde se tomarmos elementos normativos e não-normativos num conjunto de sentenças, removeremos todas as combinações de planos com

fatos.

5 RIVAIS

Há quatro abordagens influentes sobre a natureza da ética e que são diferentes do expressivismo e do quasi-realismo: (a) Philippa Foot – de tradição aristotélica; (b) Nagel/Rawls – de tradição kantiana/kantiana-contratualista; (c) Naturalismo protegido contra Moore; (d) John Mackie –Ficcionalismo. As posições (a), (b) e (c) sustentam que as atitudes expostas pelos expressivistas não são 'meros' estados de vontade ou desejo, mas são motivadas e tomam sua forma por alguma combinação de razão e natureza. O expressivista não precisa negar tal coisa; ele pode sem problemas aceitar uma ética das virtudes e afirmar que o que podemos naturalmente admirar ou desejar é bastante restrito pelos elementos comuns da natureza humana. Aristóteles, com sua ênfase na educação, e Hume, com seu enfoque na maturidade do sentimento, parecem concordar com isso.

A discordância com Aristóteles é com relação à visão de que não precisa haver uma separação entre fato e valor. John McDowell e outros afirmam que os termos éticos *densos*, como corajoso ou grosseiro, são aprendidos por meio da aplicação prática do termo (o que une fato e valor) e que, graças à natureza humana, conseguimos posteriormente aplicar esse tipo de termo a circunstâncias semelhantes. A diferença principal entre posição de McDowell e o expressivismo é que o último asseve que podemos explicar como fazemos para fazer aplicar um termo moral, a saber, pela combinação de uma atitude com um juízo; e o primeiro passa por cima desses questionamentos metafísicos, utilizando as considerações wittgensteinianas sobre “seguir uma regra”. Sobre a posição de Kant, segundo Blackburn, preocupa-se em afirmar que alguns princípios morais nos compelem por “pura razão prática”, e que esta posição é semelhante à conjunção consistente do expressivismo com a injunção de evitar a auto-contradição em raciocínios teóricos. Kant, assim, pode ser um ancestral das posições de R. M. Hare e dos contratualistas modernos.

Considerando o naturalismo de um modo abrangente, o expressivismo visa ser uma história naturalista. Mas se o tomarmos como a tentativa de identificar as propriedades morais com propriedades científicas, empíricas ou teóricas, das pessoas e das coisas, não devemos acusar o expressivismo de fazer tal coisa. Enquanto a teoria da identidade de propriedades não consegue explicar a diferença entre as pessoas que aceitam a identidade asserida daquelas que não a aceitam, o expressivismo o pode, pois afirma que a diferença entre, por exemplo, ver a bondade como felicidade ou como sofrimento depende de uma diferença na atitude mantida.

Um problema final seria a relação entre expressivismo e quasi-realismo de um lado e o minimalismo com relação à verdade de outro. Este último nega que algumas asserções verdadeiras correspondam “literalmente” ao mundo e afirma que outras fazem algo menor que isso. Se o expressivista aceitar o minimalismo, então ele poderá afirmar que algumas asserções são realmente verdadeiras. Mas se ele aceitar o minimalismo em todo o seu vocabulário, deverá pensar a ética como “representacional”, o que não causará inflação metafísica, pois só indicará que “X é bom” representa “X sendo bom”. Isso é uma ameaça ao expressivismo, porque o faz perder sua característica mais distinta, a saber, de tentar colocar a ética antes em seu lado diretivo (ou prescritivo) do que representacional. Para evitar tal ameaça, basta que não permitamos que o minimalismo cruze uma certa fronteira: “qualquer coisa que dissermos sobre a verdade, há coisas a dizer sobre o uso de predicado e sentenças que são suficientes para fazer a metáfora” *'diretivo X representacional'* ser apropriada.